

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Marcelo Bernardi Comin

**AS CARACTERÍSTICAS CURRICULARES DOS CURSOS DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria - RS

2016

Marcelo Bernardi Comin

**AS CARACTERÍSTICAS CURRICULARES DOS CURSOS DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Da Luz Júnior

Santa Maria - RS

2016

Marcelo Bernardi Comin

**AS CARACTERÍSTICAS CURRICULARES DOS CURSOS DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovado em 14 dezembro de 2016:

Roberto Da Luz Junior, Dr.º (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Pascoal José Marion Filho, Dr.º (UFSM)

Kalinca Leia Becker, Dr.ª (UFSM)

Santa Maria - RS

2016

AGRADESCIMENTOS

A concretização deste trabalho foi possível, principalmente, devido ao apoio de várias pessoas. Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo, e de maneira especial agradeço:

- A minha família e amigos pelo constante incentivo;
- Ao meu orientador Professor Doutor Roberto da Luz Junior pelo suporte e orientação;
- Ao Professor Douglas Tybel pelo sua dedicação e trabalhos em prol da educação no Brasil.
- A minha amiga e bacharel em Ciências Econômicas Marília Luísa Schneider por dividir comigo seu conhecimento e paciência.

Enfim a todos que fazem parte da minha vida e me fazem ser a cada dia uma pessoa melhor.

“A Economia é uma disciplina ferozmente disputada, por causa do modo como as teorias são usadas nos debates políticos, então ela sempre será um campo de batalha ”

Andrew Mearman

RESUMO

AS CARACTERÍSTICAS CURRICULARES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Marcelo Bernardi Comin

ORIENTADOR: Roberto Da Luz Junior

Motivado pela dificuldade de compreensão do curso, principalmente para quem planeja se matricular, este trabalho objetivou verificar comparativamente as características curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas das principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul, nas cidades de Santa Maria (UFSM), Porto Alegre (UFRGS), Pelotas (UFPEL) e Rio Grande (FURG), bem como descrever o contexto histórico e atual do curso de Ciências Econômicas, caracterizar a profissão e o perfil profissional do Economista no Brasil, verificar as diretrizes curriculares do curso e analisar comparativamente a matriz curricular de cada Universidade estudada. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa descritiva e foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, de autores da área, sites oficiais, leis, decretos e resoluções. Este estudo esclareceu a profissão do Economista e revelou características sobre os currículos dos cursos como a maior exigibilidade estar na Formação Teórico-Quantitativa, além de apontar a UFRGS e a FURG como mais flexíveis em seu currículo básico. Por fim percebe-se a importância da compreensão do curso de Ciências Econômicas e a necessidade de que as Universidades esclareçam aos alunos ou futuros alunos o objetivo da Formação de Economista, para evitar que se formem profissionais frustrados com a sua formação e profissão.

Palavras-Chaves: Características Curriculares. Ciências Econômicas. Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

THE CURRICULAR CHARACTERISTICS OF THE ECONOMIC SCIENCE COURSES IN THE MAIN PUBLIC UNIVERSITIES OF RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Marcelo Bernardi Comin

ADVISER: Roberto Da Luz Junior

Motivated by the difficulty in understanding the course, especially for the ones who are planning on entering, this paper aims to verify, by comparing, the curricular characteristics of the Economic Science Courses of the main public universities of Rio Grande do Sul, in the cities: Santa Maria (UFSM), Porto Alegre (UFRGS), Pelotas (UFPEL) and Rio Grande (FURG), as well as describe the historical and present context of the Economic Science Course, characterize the profession and the professional profile of the Economist in Brazil, to verify the curricular guidelines of the course and make an analysis through the comparison of the curriculum each studied university has. For that, a descriptive research was elaborated and it was used for the data collection the bibliographic and documental research from authors of the area, official websites, laws, decrees and resolutions. This study has clarified the economist profession and revealed characteristics about the curriculum of the courses as the main requirement to be in the theoretical-quantitative education, besides pointing UFRGS and FURG as the more flexible universities. Finally, it's noticed the importance of understanding the Economic Science course and the need for the universities to clarify to the students and future students the objective of the economist education in order to avoid having professionals who are frustrated with their graduation and profession.

Keywords: Curricular Characteristics. Economic Sciences. Federal Universities of Rio Grande do Sul.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas do Curso Geral de Ensino Comercial em 1926	21
Quadro 2 – Disciplinas do Curso Superior de Ensino Técnico Comercial em 1926 ..	22
Quadro 3 - Seriação das disciplinas do curso de Ciências Econômicas em 1945	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - UFSM: Carga Horária por Área de Formação	35
Gráfico 2 - UFRGS: Carga Horária por Área de Formação	37
Gráfico 3 - UFPel: Carga Horária por Área de Formação	38
Gráfico 4 - FURG: Carga Horária por Área de Formação	39
Gráfico 5 - Resumo Gráfico da Carga Horária Por Área de Formação	41
Gráfico 6 - Carga Horária de Disciplinas Livres, Exigida Por Cada Universidade	43
Gráfico 7 - Carga Horária de Participação em ACGs, Exigida Por Cada Universidade	44

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Conceito dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas das Principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul no ano de 2012	34
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACGs	Atividades Complementares de Graduação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
CPC	Conceito Preliminar de Curso;
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes;
FCEARJ	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro;
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IES	Instituições de Ensino Superior;
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição;
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
MEC	Ministério da Educação;
RS	Rio Grande do Sul
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O ENSINO DE ECONOMIA E A PROFISSÃO DO ECONOMISTA	17
2.1. HISTÓRIA DO ENSINO DA ECONOMIA NO BRASIL	17
2.2. A PROFISSÃO E O PERFIL DO PROFISSIONAL ECONOMISTA.....	24
2.3 FORMAÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES EXIGIDAS	28
3. CIÊNCIAS ECONÔMICAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RS	32
3.1. AVALIAÇÃO DOS CURSOS ANALISADOS	32
3.2. ANÁLISES INDIVIDUAIS.....	34
3.2.1. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.....	35
3.3.2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	36
3.4.3. Universidade Federal de Pelotas – UFPel	38
3.5.4. Universidade Federal do Rio Grande – FURG	39
3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS CURSOS	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICES	53
APÊNDICE A - QUADRO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR UNIVERSIDADE	53
APÊNDICE B - QUADRO DE DISCIPLINAS FACULTATIVAS POR UNIVERSIDADE	54

1. INTRODUÇÃO

O cenário econômico atual é desafiador, e as crises econômica e política superiores à média histórica, isso evidencia a fragilidade do ensino de Economia e abre discussões sobre reforma curricular. O atual presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn (2016), afirma que, para recuperar a economia é necessário que ela seja gerida de forma competente, responsável e previsível, para estimular o investimento e o crescimento econômico.

As Universidades têm como objetivo gerar conhecimento e desempenham um papel fundamental na qualificação intelectual, social e profissional do ser humano. Assim, Torquato (2011) aponta em seu estudo que, com as novas tecnologias de informação e processos produtivos, as pessoas devem estar aptas para desenvolver com eficiência seu trabalho. Ou seja, o capital humano é o principal investimento de uma sociedade, pois permite produzir impacto direto na capacitação da mão de obra qualificada, gerando habilidades e conhecimentos técnicos e científicos, produzindo riquezas e elevando a qualidade de vida de um país. Teixeira (1999 apud TORQUATO, 2011) conceitua capital humano como um conjunto de capacidades, habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras características pessoais e esforço despendido, aumentam as possibilidades de produção de bem-estar pessoal, social e econômico.

Nesse contexto está a figura do profissional Economista, e conforme define Hunter (1968, p. 74), a “Economia¹ é a ciência *social* que trata da produção e consumo coletivo de bens e serviços, juntamente com os vários dispositivos legais e financeiros que influenciam aquela produção e consumo”. O fato de ser referido às Faculdades de Ciências Econômicas sempre no plural sugere pelo menos um reconhecimento de uma dualidade ou multiplicidade de “ciências”. Esta multiplicidade – e a confusão que a envolve – está no âmago do problema do ensino de “Economia”.

Fonseca e Neto (2014) afirmam que, historicamente, a profissão de Economista no Brasil pode ser considerada como uma síntese de três movimentos: um

¹ Neste trabalho usa-se o termo Ciências Econômicas e Economia como sinônimos, quando se tratando do curso de nível superior.

desenvolvido no meio acadêmico, outro pelos formuladores, gestores e acompanhadores da política econômica e um terceiro no mercado de trabalho.

Deve-se assinalar que as faculdades de Economia no Brasil têm provocado uma espécie de desvio vocacional. Grande parte (provavelmente a maioria) dos alunos que afluem às faculdades deseja, de fato, estudar Administração de Empresas. Explica-se por alguns fatos como, por exemplo, o título de Economista adquiriu maior glamour que o de Administrador de Empresas. Em segundo lugar, a regulamentação da profissão de Economista conferiu privilégios legais aos seus titulares. (SIMONSEN, 1966)

Mearman (2014) defende um maior pluralismo no currículo de Economia e afirma que há um trabalho considerável a ser feito na teoria e no método. Ele também aponta que um número muito grande de currículos está concentrado em fazer com que os estudantes aprendam um “cerne” de teorias mais aceitas, e particularmente em treiná-los nas técnicas matemáticas. Em parte, trata-se de reproduzir a Economia *mainstream* e produzir a próxima geração de PhDs. Mas, a maioria dos alunos na graduação, e até estudantes de mestrado, não está interessada em fazer um doutorado em Economia. E justifica que a dificuldade de implantar mudanças no currículo está ligada a inércia no ensino de Economia, que é muito mais fácil ensinar o que já ensina há algum tempo.

Há 50 anos atrás, Simonsen (1966) identificou que os Economistas saem das faculdades com consideráveis defeitos de formação, e ainda pode-se ver isso nos dias de hoje. De um modo geral, os defeitos mais frequentes são: a) falta de conhecimento básico de matemática e estatística; b) dificuldade de raciocínio lógico e incompreensão do método científico; c) conhecimento desintegrado de análise econômica (a maioria das faculdades dá aos alunos ideias mais ou menos vagas sobre Economia, que talvez consigam familiarizar os Economistas com o jargão da profissão, mas que raramente são apresentadas como um sistema integrado, e como consequência, os Economistas ficam quase sem possibilidade de usar esses conceitos em problemas práticos); d) falta de informação institucional (a maioria dos Economistas sai das escolas sem conhecer o funcionamento dos instrumentos de política econômica adotados no Brasil - sistema fiscal, sistema financeiro, sistema cambial, órgãos de fomento, etc).

Devido às questões levantadas, buscou-se reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as características curriculares do curso de Ciências Econômicas das principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul e qual é a sua relação com o perfil do Economista?

Para facear esse problema de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar comparativamente as características curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas das Universidades Federais de Santa Maria, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Essa análise pode contribuir para a compreensão do profissional Economista formado pelas instituições e o profissional esperado pelo mercado, assim permitindo uma melhor visão da carreira.

Para chegar no objetivo geral foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o contexto histórico e atual do curso de Ciências Econômicas;
- Caracterizar a profissão e o perfil profissional do Economista no Brasil;
- Verificar as diretrizes curriculares do curso;
- Analisar comparativamente as matrizes curriculares com as diretrizes e entre si.

Motivado pela dificuldade de compreensão do curso, principalmente para quem planeja se matricular, pretende-se conhecer a matriz curricular e compará-la, auxiliando na decisão de cursar Economia e elucidar a percepção da profissão do Economista. Sob este aspecto, a escolha deste estudo atende também ao âmbito pessoal, pois no ano de 2016/2 o autor faz parte dos formandos do curso de Economia da UFSM.

De acordo com Gil (2010), considera-se que a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Marconi e Lakatos (2010, p. 220) destacam que,

A monografia implica originalidade, mas até certo ponto, uma vez que é impossível obter total novidade em um trabalho; isto é relativo, pois a ciência, sendo acumulativa, está sujeita a contínuas revisões. [...] Os estudantes, ao longo de suas carreiras, precisam apresentar uma série de trabalhos que se diferenciam uns dos outros quanto ao nível de escolaridade e quanto ao conteúdo. Via de regra, para o término do curso de graduação, os estudantes têm o compromisso de elaborar um trabalho baseado, geralmente, em fontes bibliográficas, que não precisa ser extenso nem muito específico. À medida que ascendem na carreira universitária, esses trabalhos vão exigindo maior embasamento, mais reflexão, mais amplitude e criatividade.

Tendo em vista que o objetivo deste estudo é verificar e comparar as características curriculares dos cursos de Ciências Econômicas ofertados pelas principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul, esta pesquisa, quanto ao objetivo, se classifica como descritiva.

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadram nesta categoria. (GIL, 2010, p. 27).

Com relação aos procedimentos, verifica-se a necessidade de classificar de duas formas, bibliográfica e documental, através de fontes secundárias, pois se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos, sites oficiais, leis, decretos e resoluções, na busca e alocação de conhecimento sobre as características curriculares e o curso de Ciências Econômicas das principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

Na delimitação da amostra a ser estudada, definiu-se como universo os cursos superiores de Ciências Econômicas das Universidades Federais das cidades de Santa Maria (UFSM), Porto Alegre (UFRGS), Pelotas (UFPEL) e Rio Grande (FURG), objetivando a exequibilidade do estudo.

A principal referência bibliográfica é o trabalho de Daiane Viana Domingos (2015), apresentado como requisito para conclusão de curso de Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria da Universidade Federal de Alfenas – MG, onde a autora elabora uma análise semelhante no estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, a construção do trabalho ficou composta por esta introdução, que visa apresentar a temática investigativa, e logo se divide em mais três capítulos:

No segundo capítulo, titulado “O Ensino De Economia e a Profissão Do Economista”, é feito um levantamento bibliográfico em três subcapítulos. O primeiro, a respeito da “História do Ensino da Economia no Brasil”, tem como principal fonte os estudos do professor Nivalde José de Castro; o segundo subcapítulo trata de conceituar “A Profissão e o Perfil do Profissional Economista”, com base principal no Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952; e o terceiro subcapítulo levanta as características da “Formação e as Diretrizes Curriculares Exigidas”, usando como fonte a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 do Ministério da Educação.

O terceiro capítulo tem o título “Ciências Econômicas Nas Universidades Federais do RS”, e também é dividido em três subcapítulos, sendo o primeiro a respeito da “Avaliação Dos Cursos Analisados” através dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; o segundo subcapítulo faz o levantamento de informações das matrizes curriculares de cada Universidade que o estudo abrange, através das informações coletadas nos sites oficiais de cada Instituição, intitulado “Análises Individuais”; o terceiro subcapítulo constitui-se da “Análise Comparativa dos Cursos”, que traz gráficos e informações obtidas através da análise do currículo de cada Universidade.

Finalmente, no quarto capítulo são apresentadas as “Considerações Finais”.

2. O ENSINO DE ECONOMIA E A PROFISSÃO DO ECONOMISTA

2.1. HISTÓRIA DO ENSINO DA ECONOMIA NO BRASIL

Avaliar o processo histórico ajuda a entender a trajetória do ensino da Economia no País. Diferenciá-lo dos demais cursos que foi atrelado e comparar as disciplinas que hoje são exigidas e ofertadas é um fator muito importante para poder avaliar se o atual estilo de ensino é realmente eficaz.

Vários autores que pesquisaram sobre a origem do ensino de Economia no Brasil, assim como Souza (2007) e Sanson e Nicolau (2007), utilizam-se do auxílio dos estudos do professor Nivalde José de Castro², que escreveu o livro "O Economista: a história da profissão no Brasil".

O primeiro curso de técnicas comerciais do Brasil foi criado logo após a chegada da família real portuguesa em 1808, tendo sido nomeado José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, para conduzi-lo. Foi chamado de Aula de Economia Política e era para ser um curso num nível pouco acima do que se chama hoje de fundamental. Iria preparar guarda-livros (contadores), comerciários e funcionários públicos ligados ao comércio exterior. [...] Silva Lisboa não chegou a exercer o magistério na Aula de Economia Política, apesar de nomeado. Outros cargos tornaram isso inviável. [...] Há evidências de que, mesmo sem Silva Lisboa, o curso funcionou. [...] No entanto, não há documentos sobre a implementação da disciplina de Economia Política. O que se sabe é que de 1856 em diante a disciplina fazia parte do currículo, pois há legislação conhecida sobre isso. (CASTRO, 2001, apud SANSON; NICOLAU, 2007, p. 298-299).

Castro (2001, p. 18) destaca que, segundo o que foi documentado, o ramo do conhecimento que deu origem ao ensino de Economia no Brasil foi o Ensino Comercial, destacando-se as "Aulas de Comércio da Corte", instituídas em 1809. Porém, a primeira manifestação efetiva de ensino de Economia no Brasil acabou

² Nivalde José de Castro é professor e doutor do instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O livro "O Economista: a história da profissão no Brasil" surgiu em comemoração aos 50 anos de regulamentação da profissão de Economista, tendo sido encomendado pelo COFECON e pelos CORECON-RJ e CORECON-SP.

ocorrendo na década de 1820, com a incorporação da cadeira de Economia Política no curso de Direito.

É possível dizer, assim como Domingos (2015), que o ensino da Economia não seguiu um próprio caminho e sua trajetória está historicamente relacionada aos outros cursos.

Segundo Souza (2007) há uma lacuna sobre o que acontece às “Aulas de Comércio” entre 1809 e 1833. Sanson e Nicolau (2007) apontam que em paralelo a isso, a partir de 1827, o ensino de Economia também ocorre nos cursos superiores de Direito, com a criação de faculdades em Olinda e na cidade de São Paulo. Desde o início, a disciplina de Economia Política faz parte do currículo, e alguns egressos dessas escolas serão os Economistas sucessores do Visconde de Cairu. A tradição de Advogados-Economistas domina o pensamento econômico brasileiro até meados do século XX.

Outra linha de ensino de Economia apareceu nos cursos de engenharia. Foi na Escola Central, em 1863, numa disciplina lecionada por José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco. Ele tinha formação matemática e isso foi também exigido dos professores seguintes. Esses Engenheiros-Economistas sempre tiveram grande influência, especialmente no primeiro terço do século XX. Hoje é comum engenheiros atuarem nas áreas da Economia pelo nível de pós-graduação (SANSON; NICOLAU, 2007).

Assim, a primeira forma de ensino de Economia no Brasil foi a de Técnicas de Comércio, seguida dos cursos de Direito e depois de Engenharia.

O mais importante sobre esses fatos históricos frente a esta pesquisa é buscar quais disciplinas ensinava-se. Assim, Souza (2006) informa que, no Rio de Janeiro, as aulas de comércio duravam três anos: no primeiro ano ensinava-se aritmética, geometria e álgebra; no segundo ano em diante, ministrava-se contabilidade, escrituração mercantil e geografia. Para admissão exigia-se apenas leitura, escrita e as quatro operações básicas. Já em 1838, sob a responsabilidade do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, ensinava-se aritmética, álgebra, história geral do comércio, práticas mercantis e funcionamento dos bancos.

Em 1856, houve uma segunda reforma no ensino comercial: as Aulas de Comércio da Corte passaram a ser denominadas Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Na estrutura curricular entrou Direito Mercantil, Economia Política com aplicação ao Comércio e à Indústria e Estatística Comercial. O exame de admissão tornou-se mais rigoroso, com a inclusão de inglês, francês, matemática e gramática portuguesa, sendo 16 anos a idade mínima de ingresso. É importante pontuar que a ementa de Economia Política dizia que o professor ensinaria: teorias do valor, produção, salário, renda, moeda, bancos, impostos, comércio exterior, entre outros. Pela primeira vez o ensino comercial integrou em sua estrutura curricular pontos explícitos de Economia Política. O Decreto Lei nº 1.763, de 1856, deve ser considerado como o da criação do ensino superior de Comércio, culminando com os primeiros diplomados em Ciência Econômica (CASTRO, 2001).

Uma terceira reforma foi realizada em 1861 e foram criados dois cursos no Instituto Comercial: um preparatório e outro profissional. Em 1880, o Decreto 7.679 estabeleceu que o ensino comercial deveria conter 25% das disciplinas totais em cada uma das áreas de Contabilidade, Economia Política, Geografia Econômica (comércio exterior) e Ciências Jurídicas (ênfase em Direito Comercial). Após 1870, a Ciência Econômica voltou a ganhar espaço no ensino comercial brasileiro. (SOUZA , 2007)

O Instituto Comercial do Rio de Janeiro, criado em 1856, foi extinto e substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro em 1902. De acordo com o Decreto Nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, a Academia de Comércio visava manter dois cursos: um Geral, que compreende o ensino de português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, ciências naturais, inclusive o reconhecimento de drogas, tecidos e outras mercadorias, noções de direito civil e comercial, e legislação de Fazenda e aduaneira, prática jurídico-comercial, caligrafia, estenografia, desenho e escrituração mercantil, que habilitava para as profissões de guarda-livros (contadores), perito judicial e empregos de Fazenda; e outro curso, o Superior do qual é preparatório o curso Geral, e que compreende o ensino de Geografia Comercial e Estatística, História do Comércio e da Indústria, Tecnologia Industrial e Mercantil Direito Comercial e Marítimo, Economia Política, Ciência Política das Finanças, Contabilidade do Estado, Direito Internacional, Diplomacia, História dos Tratados e Correspondência Diplomática, Línguas (Alemão, Italiano e Espanhol), Matemática Superior, Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo, que habilitava para os

cargos consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e empresas comerciais (BRASIL, 1905).

O curioso, para os dias de hoje, era a ênfase no ensino de idiomas estrangeiros, que incluía o espanhol, o italiano e o alemão. O próprio Decreto nº 1.339, de 1905, dizia que o curso superior iria preparar pessoal para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores, entre outras funções de alto nível, o que explica a ênfase no estudo desses idiomas. (SANSON; NICOLAU, 2007, p. 301).

Em 1909 foi criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, mas foi homologada somente em 1926, pelo Decreto n. 17.329, tendo como pré-requisito o título de contador obtido no curso Geral (BRASIL, 1926).

O aluno formado não recebia o título de Bacharel, pois era reservado aos concluintes dos cursos de Medicina, Engenharia e Direito. Nos quadros 1 e 2 pode-se observar as disciplinas que ele abrangia:

Quadro 1 – Disciplinas do Curso Geral de Ensino Comercial em 1926

	Cadeira
1º Ano	Instrução Moral e Cívica;
	Português;
	Francês;
	Inglês;
	Matemáticas: Aritmética e Álgebra;
	Contabilidade;
	Geografia Física e Política;
Aula de Caligrafia.	
2º Ano	Português;
	Francês;
	Inglês;
	Matemáticas: Aritmética e Álgebra;
	Contabilidade Mercantil;
	Chorographia do Brasil;
	História Geral e Especialmente do Brasil;
Aula de Datilografia e Desenho a Mão Livre Aplicado ao Comércio.	
3º Ano	Português;
	Francês;
	Inglês;
	Contabilidade Agrícola e Industrial;
	Álgebra e Geometria;
	Noções de Geografia Econômica e de História do Comércio, da Agricultura e da Indústria;
	Noções de Física, Química e História Natural;
Aula de Mecanografia e de Desenho Geométrico.	
4º Ano	Matemáticas Aplicadas, Tipos De Empréstimos, Cálculo de Probabilidades e Seguros de Causa e Vida;
	Notabilidade Bancária e de Companhias de Seguros;
	Contabilidade Pública;
	Complementos de Física, Química e História Natural, Aplicadas ao Comércio;
	Noções de Direito Constitucional, Civil e Comercial e Prática Jurídico-Comercial;
	Legislação de Fazenda e Aduaneira;
	Noções de Mercologia e Tecnologia Mercológica;
Aula Prática de Comércio e de Processos de Propaganda Comercial e Anúncios.	

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926.

Quadro 2 – Disciplinas do Curso Superior de Ensino Técnico Comercial em 1926

	Cadeira
1º ano	Alemão, Italiano ou Espanhol;
	Matemáticas Aplicadas às Operações Comerciais;
	Geografia Humana e Geografia Comercial;
	Tecnologia Industrial e Mercantil;
	Contabilidade Administrativa, Agrícola e Industrial.
2º ano	Alemão, Italiano ou Espanhol;
	Obrigações de Direito Civil, Direito Comercial e Marítimo;
	Economia Política e Ciência das Finanças;
	História do Comércio, da Agricultura e da Indústria;
	Direito Constitucional e Administrativo.
3º ano	Alemão, Italiano ou Espanhol;
	Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo;
	Direito Internacional, Diplomacia, História dos Tratados e Correspondência Consular e Diplomática;
	Direito Industrial e Legislação Operária.
	Psicologia aplicada ao Comércio e Noções de Arte Decorativa.

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926.

Como os quadros 1 e 2 apresentam, se tratava de quatro anos de curso geral e mais três de curso superior.

Em 1931, caíram o ensino de idiomas e a disciplina de Economia Política e Ciência das Finanças. Surgiram as disciplinas de Economia Política e de Finanças e Economia Bancária. Além das pequenas mudanças de nome, talvez para novas ênfases nos programas de ensino, nota-se um retorno à valorização da atividade diplomática, comum ao ensino comercial português desde o início de sua formalização no século XVIII. Similar àquele período, a nova legislação (Decr. Nº 20.158/1931) dava aos egressos dos cursos superiores de administração e finanças preferências para alguns cargos. Em 1931, dava-se 'preferência para os cargos públicos', 'regalias especiais nos concursos para o provimento nos cargos de professores dos estabelecimentos de ensino comercial' (Art. 75), além de dizer que os 'adidos especiais e os cônsules devem ser escolhidos entre os diplomados' daqueles cursos. Isso naturalmente refletia as mudanças institucionais implantadas com a Revolução de 1930, com sua ênfase corporativista. (SANSON e NICOLAU, 2007).

Foi criada, em 19 de dezembro de 1938, uma instituição privada de ensino, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ). A FCEARJ iniciou suas atividades em 1939. Ela não se restringiu apenas ao curso superior de Administração e Finanças, pois iniciou em seguida cursos de extensão

universitária, de reciclagem e de preparação para concursos públicos. Em 1945, a Fundação Mauá assumiu a FCEARJ e, em 1946, foi criado o curso de Economia na Universidade do Brasil, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Esse foi o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária no Brasil. (SOUZA , 2007)

Através do Decreto-Lei N. 7.988, de 22 de setembro de 1945, que dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, foi instituído o curso de Ciências Econômicas, com duração de quatro anos (BRASIL, 1945). O curso de Ciências econômicas passou então a contar com uma nova estrutura curricular:

Quadro 3 - Seriação das disciplinas do curso de Ciências Econômicas em 1945

	Disciplina
1ª série	Complementos de Matemática; Economia Política; Valor e Formação de Preços 1; Contabilidade geral; Instituições de Direito Público;
2ª série	Estrutura das Organizações Econômicas; Valor e Formação de Preços 2; Moeda e Crédito; Geografia Econômica; Estrutura e Análise de Balanços. Instituições de Direito Privado.
3ª série	Repartição da Renda Social. Comércio Internacional e Câmbios. Estatística Metodológica. História Econômica. Ciência das Finanças. Ciência da Administração.
4ª série	Evolução da Conjuntura Econômica Financeira. Política Financeira. História das Doutrinas Econômicas. Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos. Estatística Econômica. Princípios de Sociologia Aplicados à Economia

Fonte: Elaborado com base no Decreto-Lei no. 7.988 de 1945.

Por autoria de um deputado gaúcho, Fernando Ferrari, em 13 de agosto de 1951, foi criada a Lei nº 1.411, que regulamentou a profissão de Economista e estabeleceu as normas de sua organização, através dos Conselhos Federal (COFECON) e Regionais (CORECONs) de Economistas Profissionais. São Autarquias Federais com finalidade de fiscalizar o exercício da profissão, que atualmente possuem 27 Conselhos Regionais de Economia no Brasil. Dessa forma, o dia 13 de agosto ficou consagrado como sendo o “Dia do Economista”, em razão da data promulgada (CASTRO, 2001).

As diretrizes curriculares nacionais vigentes do curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, foram instituídas pela Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007, em complementação ao currículo aprovado pela Resolução nº. 11, de 06 junho de 1984. Essas diretrizes dão às Universidades certas obrigações e liberdades que serão discutidas no capítulo 2.3 deste trabalho.

2.2. A PROFISSÃO E O PERFIL DO PROFISSIONAL ECONOMISTA

Quando ainda se tratava da cadeira de Economia Política, Visconde de Cachoeira cita³ que ela tem como objetivo produzir, fomentar e aumentar a riqueza nacional. Para isso, a disciplina deverá mostrar as diversas seitas dos Economistas, dos demasiadamente liberais, dos que seguem o sistema comercial ou restritivo, e dos que justificam a cada uma em particular.

Mearman (2014) aponta que um dos principais problemas com os currículos da graduação e da pós-graduação na área da Economia é a desconsideração dos objetivos educacionais. A questão mais importante para um educador é onde se quer chegar? Dessa forma uma análise do currículo do curso deve ser antecedida por uma análise de qual profissional esse curso pretende formar.

Posteriormente à Lei nº 1.411, 13/08/1951, foi criado o Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, e junto com outras normas e resoluções do COFECON e

³ Decreto de 09/01/1825 apud Souza (2007).

dos CORECONs estabelecem a Consolidação Da Legislação Da Profissão De Economista da atualidade (COFECON, 2006).

A profissão de Economista se exerce na órbita pública e na órbita privada: abrangendo as entidades que se ocupem das questões atinentes à economia nacional e às economias regionais, ou a quaisquer de seus setores específicos, e dos meios de orientá-las ou resolvê-las através das políticas monetária, fiscal, comercial e social e as unidades econômicas públicas, privadas ou mistas, que envolvam matéria de economia profissional sob aspectos de organização e racionalização do trabalho (BRASIL, 1952).

O decreto estabeleceu também que considerar-se-ão exclusivamente o conteúdo ocupacional do cargo e as atividades concretamente desempenhadas pelo profissional, sendo irrelevantes a denominação do cargo ou emprego, para efeitos de enquadramento de qualquer cargo ou emprego como privativo ou inerente à profissão de Economista.

Segundo o COFECON (2016), inserem-se entre as atividades inerentes à profissão de Economista:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;

i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;

j) avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;

k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015);

l) análise financeira de investimentos;

m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;

n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;

o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;

p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;

q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;

r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;

s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;

t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;

u) consultoria econômico-financeira independente (incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014);

v) atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências

expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003 (incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015);

w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015);

x) arbitragem e mediação (incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015).

Inerente a essas atividades, o campo profissional do Economista desdobra-se em: perícias judiciais e extrajudiciais; avaliações; auditoria; planejamento, projeção e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza; estudos, análises e pareceres pertinentes a Macro e Micro Economia; empresas e organizações não-financeiras; cooperativas de trabalho; magistério; analista de Relações Internacionais; a dimensão socioeconômica das políticas urbanas; economia mineral; consultoria econômico-financeira independente; economia solidária; economia da cultura e da economia criativa (COFECON, 2006).

A designação profissional de Economista é privativa dos bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil, de conformidade com as Leis em vigor (Lei 1411/51, art. 1º) e dos que possuem cursos regulares no estrangeiro, após a devida revalidação do respectivo diploma na forma da legislação educacional (Decreto 31794/52, art. 1º). Só poderão exercer a profissão de Economista os profissionais devidamente registrados nos CORECONs, pelos quais será expedida a carteira profissional (Lei 1411/51, art. 14).

Algumas tendências podem ser notadas na atualidade, como, por exemplo, a partir de 2017, o bacharelado em Economia da Fundação Getúlio Vargas – Escola de Economia de São Paulo passa a oferecer três áreas de concentração ou ênfases: Engenharia Financeira (para atuação no mercado financeiro); Microeconomia Aplicada (que diz respeito a cada agente econômico, como famílias, empresas e trabalhadores); e Macroeconomia Aplicada (relacionada à política econômica de um país, por exemplo).

Torquato (2011, p. 98) ressalta que o mercado de trabalho atual exige do profissional habilidades em sua formação, capacitação e aptidão para compreender

as questões que envolvem as relações de economia, esperando-se um sujeito que domine as novas informações com maior flexibilidade e sólida visão de solução de instabilidades e problemas na área econômica. Além disso com base em suas pesquisas no estado de Minas Gerais, afirma que “mesmo que a oferta de formados seja maior que a demanda, as instituições continuam formando, e isso ocorre devido a estarem pautadas nos fundamentos do sistema neoliberal/capitalismo.”

2.3 FORMAÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES EXIGIDAS

É inegável que qualquer Economista concorde que o curso de Ciências Econômicas deve ter por objetivo a formação de pensadores autônomos. Dessa forma, assim como Mearman (2014) afirma, os cursos não deveriam servir para treinar indivíduos – isso pode ser feito pelas empresas e governo –, Universidades devem formar os alunos.

Do ponto de vista de Domingos (2015), a formação do Economista requer conhecimentos em diversas áreas, não apenas econômicos, mas também sociais e políticos, pois para se tomar uma decisão econômica, é preciso levar em conta o momento em que se vive, assim como fatos passados e expectativas futuras.

As atuais diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, foram instituídas pela Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007. Segundo ela, para elaboração do Projeto Pedagógico do curso, deverão ser observadas as seguintes exigências: I - comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; II - pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos; III - ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e IV - ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão (MEC, 2007).

Acerca de base teórico-prática envolvendo princípios, metodologias e métodos necessários para atuar no mercado, o aluno ao longo do curso adquire capacidade suficiente para entender as questões econômicas, políticas e sociais, tanto no contexto econômico brasileiro quanto internacional. Possui uma bagagem básica de

cultura que auxilia no entendimento para solucionar problemas diante da realidade (TORQUATO, 2011).

Referente ao perfil desejado do formando, deve haver capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais. Deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

I - Uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social para assim utilizar adequadamente conceitos, diferenciando correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas, e o instrumental econômico como formulações matemáticas e estatísticas no estudo dos fenômenos socioeconômicos, para analisar situações históricas concretas;

II - Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação para adquirir novos conhecimentos e desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

III - Capacidade analítica, visão crítica e competência, para poder ler e compreender textos econômicos, elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;

IV - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita (MEC, 2007).

Segundo a Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007, os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar conteúdos que atendam aos seguintes campos interligados de formação, nas seguintes proporções:

- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da Ciência Econômica e

de outras Ciências Sociais, abrangendo também aspectos da Filosofia e da Ética (geral e profissional), da Sociologia, da Ciência Política e dos estudos básicos e propedêuticos da Administração, do Direito, da Contabilidade, da Matemática e da Estatística Econômica;

- 20% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da Matemática, da Estatística, da Econometria, da Contabilidade Social, da Macroeconomia, da Microeconomia, da Economia Internacional, da Economia Política, da Economia do Setor Público, da Economia Monetária e do Desenvolvimento Socioeconômico;
- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a História do Pensamento Econômico, a História Econômica Geral, a Formação Econômica do Brasil e a Economia Brasileira Contemporânea;
- 10% da carga horária total do curso envolvendo atividades acadêmicas de formação em Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, Monografia, Técnicas de Pesquisa em Economia e, se for o caso, Estágio Curricular Supervisionado.

Segundo os estudos de Nery (2006) a respeito da Monografia no currículo do curso de Ciências Econômicas, foi constatado através de entrevistas com professores do departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e com representante do CORECON-RJ, que os alunos querem uma formação voltada para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, o que exige uma preparação adequada, que seria fornecida pelo Estágio, além da necessidade de subsistência como um fator importante para a opção pelo estágio. Mas, pôde-se concluir, que a Monografia é encarada como uma disciplina muito importante e não é vista pelo CORECON-RJ como uma disciplina com somente perspectiva acadêmica. A Monografia seria um espaço dentro da Universidade onde a capacidade crítica não apenas serviria para compreender e interpretar muitos fenômenos sociais, mas de

avaliação de fenômenos econômicos específicos e particulares dentro de áreas da própria economia como a macro e microeconomia.

“Fica garantida às Instituições de Educação Superior liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária dos cursos segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais.” (MEC, 2007, p. 3)

Como ressalta Domingos (2015, p. 39),

[...] A Ciência Econômica é multidisciplinar na medida em que engloba concepções e aspectos inerentes a outras ciências. A pluralidade se torna, então, um diferencial do economista e sua formação interdisciplinar é de suma importância para que possa exercer suas funções tanto na esfera pública quanto na esfera privada. No entanto, há uma dúvida acerca de como as universidades utilizam certa flexibilidade na elaboração dos projetos pedagógicos, visto que elas têm autonomia para elaborar 50% do curso da maneira que entendem ser melhor. Outro aspecto instigante é analisar até que ponto a pluralidade e a interdisciplinaridade dos cursos são benéficas para a formação do economista, ou seja, analisar se a formação plural interfere na aplicação de conhecimentos específicos necessários durante o curso.

Mearman (2014) observa que há uma ausência de abordagem da parte de finanças, dívida, e desigualdade que foram motores das últimas crises. Então, com base nas informações destacadas, a análise individual de cada grade curricular se faz necessária para esclarecer qual é a atual situação da formação do Economista na região.

3. CIÊNCIAS ECONÔMICAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RS

3.1. AVALIAÇÃO DOS CURSOS ANALISADOS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no País, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia o processo de regulamentação exercido pelo MEC. Ele faz isso através de instrumentos como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto avaliação, avaliação externa, Enade, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (Censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep (INEP, 2016).

Segundo o Inep (2016), o objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

No âmbito do Sinaes e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização (quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso), para reconhecimento (quando a

primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso) e para renovação de reconhecimento (a cada três anos) quando é calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC).

O CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES. Ele varia de 1 a 5 e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias e estão sujeitos a medidas administrativas, entre elas a suspensão da abertura de novas vagas por meio de processos seletivos. Ou seja, a Instituição pode fazer vestibular em geral, mas não pode ofertar vagas no processo seletivo em cursos que foram suspensos. Os cursos que não fazem ENADE, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado (INEP, 2016).

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Ele é calculado anualmente. A nota inclui a média ponderada dos CPCs e os conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável por avaliar os programas de pós-graduação das instituições. O índice também varia entre 1 e 5. O MEC considera insuficiente qualquer conceito abaixo de 3.

Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito Enade, CPC e IGC, normatizados pela Portaria nº 40 de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do País, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas da educação superior quanto como fonte de consultas pela sociedade. Ou seja, as informações obtidas são utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Tabela 1 – Conceito dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas das Principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul no ano de 2012

Universidade	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)	Conceito ENADE (Contínuo)	Conceito ENADE (Faixa)
UFSM	2,67	3	2,37	3
UFRGS	3,61	4	3,56	4
UFPel	3,2	4	3,11	4
FURG	1,94	2	0,96	2

Fonte: Elaborado a partir de dados do INEP (2016).

Como pode-se observar na tabela 1, as Universidades UFRGS e UFPel se destacam com conceito 4, que não é um conceito de excelência mas podem receber visitas apenas se optarem. A UFSM possui conceito 3, que significa um curso que atende aos critérios de qualidade de funcionamento e também pode optar pela visita. Já a FURG apresenta um conceito 2, ou seja, está automaticamente incluída no cronograma de visita *in loco* dos avaliadores do Inep.

3.2. ANÁLISES INDIVIDUAIS

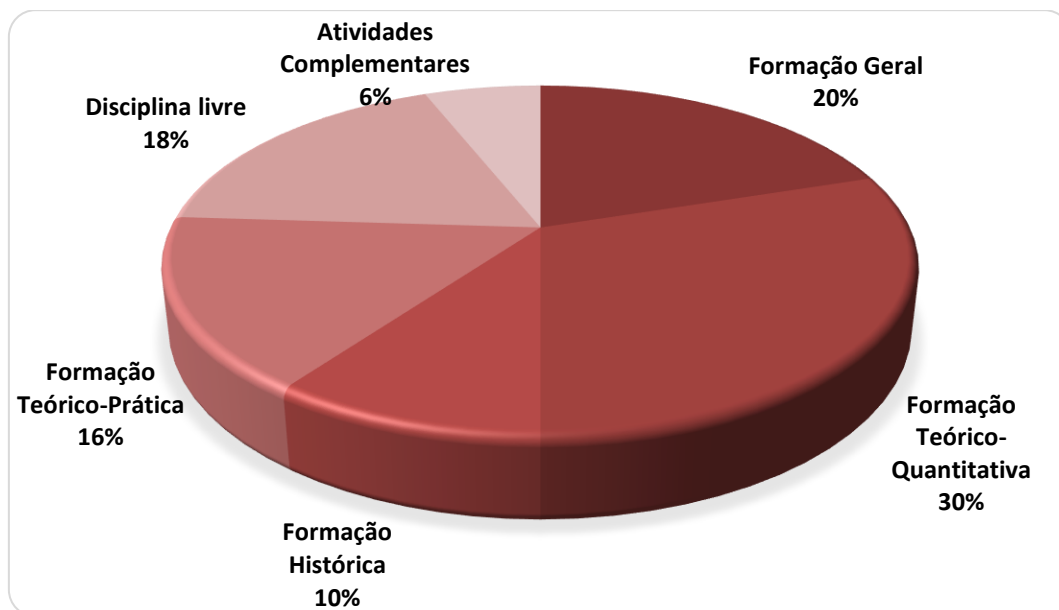
Neste capítulo é apresentado um levantamento de informações de cada uma das Universidades abordadas, como ano que foi estabelecido ou reconhecido, quantidade de vagas, carga horária do curso, entre outras informações pontuais. Essas informações foram obtidas dos sites oficiais de cada curso.

3.2.1. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM⁴

O curso de graduação em Ciências Econômicas da UFSM foi reconhecido em 1974 pelo Decreto nº 73867/74 do Ministério da Educação. Oferece atualmente 40 vagas semestrais: no primeiro semestre do ano, no período diurno, possuindo o tempo de integração mínimo e médio de 8 semestres e máximo de 12 semestres; e no segundo semestre, no período noturno, possuindo tempo mínimo e médio de 10 semestres e máximo de 15 semestres.

O curso tem carga horária de 3000 horas/aula, composta de 1980 horas/aula de Parte Fixa e 1020 horas/aula de Parte Flexível. A Parte Flexível divide-se 180 horas/aula de Atividades Complementares de Graduação (ACG) e em 840 horas/aula de Disciplinas Complementares de Graduação (DCG), sendo 300 horas/aula de DCG obrigatórias e 540 horas/aula são DCG livre, como apresenta o gráfico 1.

Gráfico 1 - UFSM: Carga Horária por Área de Formação



Fonte: Elaborado com base em UFSM (2016).

⁴ (UFSM, 2016).

O curso de Ciências Econômicas da UFSM atende com sobra as diretrizes vigentes, quando observado que na Formação Geral está 20% do currículo, na Formação Teórico-Quantitativa apresenta 30%. As Formações Teórico-Prática e Histórica apresentam as menores porcentagens, 16 e 10%, respectivamente, deixando assim 24% da carga horária conforme aptidão do estudante, sendo 18% para Disciplinas Livres e 6% ACGs.

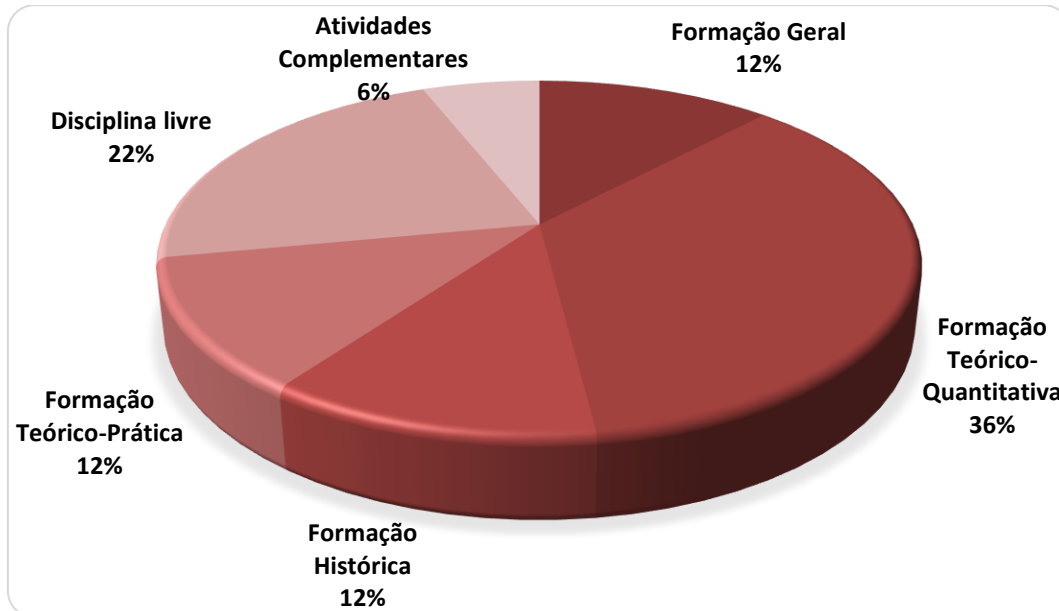
3.3.2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS⁵

O curso de Ciências Econômicas da UFRGS foi estabelecido em 1945 e possui uma longa tradição na formação de Economistas que se destacam como líderes e profissionais na iniciativa privada e nas diferentes esferas de governo.

Na UFRGS, o curso de Ciências Econômicas tem duração de 8 semestres ou 10 semestres, nos turnos diurno ou noturno respectivamente, onde são distribuídas 150 vagas anuais. Ele possui uma carga horária de 3.000 horas/aula, distribuídas entre 43 disciplinas (32 obrigatórias e 11 eletivas), o trabalho de diplomação e as atividades complementares. A malha de pré-requisitos é flexível e permite maior fluência dos estudantes ao longo do curso. A carga horária em cada formação pode ser observada no gráfico 2.

⁵ (UFRGS, 2016).

Gráfico 2 - UFRGS: Carga Horária por Área de Formação



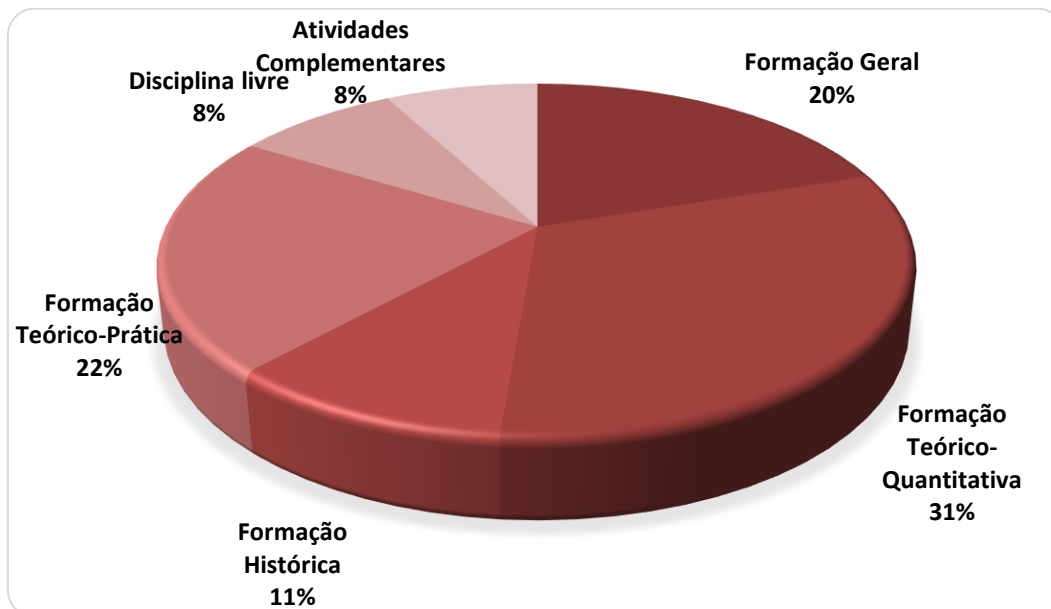
Fonte: Elaborado com base em UFRGS (2016).

As disciplinas obrigatórias (2160 horas/aula) contemplam os conteúdos básicos da formação do Economista, segundo um perfil generalista, incluindo as matérias de teoria e prática econômicas que representam 12% do currículo, de história que são 12%, matérias de teorias quantitativas representando 36%, e matérias de formação geral representando 12% do currículo. As 11 disciplinas eletivas (660 horas/aula) representam 22% do currículo e devem ser escolhidas pelo estudante dentre várias dezenas de disciplinas disponíveis. A formação contempla ainda as Atividades Complementares (180 horas/aula), que correspondem a 6% do currículo, aproveitando-se para a integralização do curso os conhecimentos adquiridos pelo estudante através de estudos e práticas independentes. Essas atividades incluem estágios profissionais voluntários, bolsas de iniciação científica e de extensão, organização e participação em eventos (semana acadêmica, seminários, debates, congressos), participação como representante discente em órgãos universitários, publicação de artigos, monitoria, realização de disciplinas adicionais, entre outras atividades.

3.4.3. Universidade Federal de Pelotas – UFPel⁶

O Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel foi criado no ano de 2000 e oferece 50 vagas por semestre no período noturno. Possui carga horária de 3.247 horas/aula e é composto de oito semestres, divididos em dois núcleos de disciplinas: Formação Básica e Formação Profissional. Pode-se acompanhar a distribuição da carga horária no gráfico 3.

Gráfico 3 - UFPel: Carga Horária por Área de Formação



Fonte: Elaborado com base em UFPel (2009).

O núcleo de formação básica vai do primeiro ao quinto semestre, composto por 1666 horas/aula, propiciando uma formação geral (20% do currículo) e teórico-quantitativa (31%) e histórica (11%), através de um currículo genérico que abre caminho para a escolha de uma especialização profissional. O núcleo de formação profissional vai do sexto ao oitavo semestre, composto por 1326 horas/aula, com a

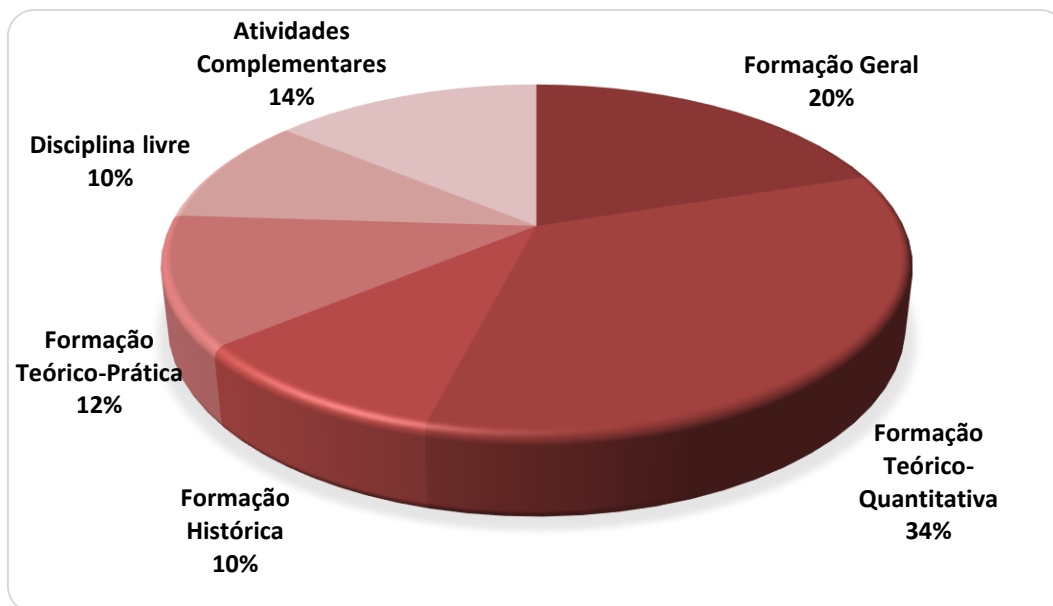
⁶ (UFPEL, 2009).

oferta de 272 horas/aula de disciplinas livres representando 6% do currículo. As atividades complementares somam 255 horas/aula e são 8% do currículo.

3.5.4. Universidade Federal do Rio Grande – FURG⁷

Reconhecido em 1967 pelo Decreto N.61401 de 22/09/67, o curso de Ciências Econômicas da FURG é oferecido atualmente no período noturno, com duração de 8 semestres. As disciplinas são distribuídas conforme a formação como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 - FURG: Carga Horária por Área de Formação



Fonte: Elaborado com base em FURG (2016).

Sua carga horária total é de 3000 horas/aula, sendo 2280 horas/aula disciplinas obrigatórias, sendo 20% do currículo Formação Geral, 34% Teórico-quantitativa e 10% Formação Histórica. São 300 horas/aula de disciplinas optativas, que

⁷ (FURG, 2016).

representam 10% do currículo, e 420 horas/aula de atividades complementares, significando 14% do currículo.

3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS CURSOS

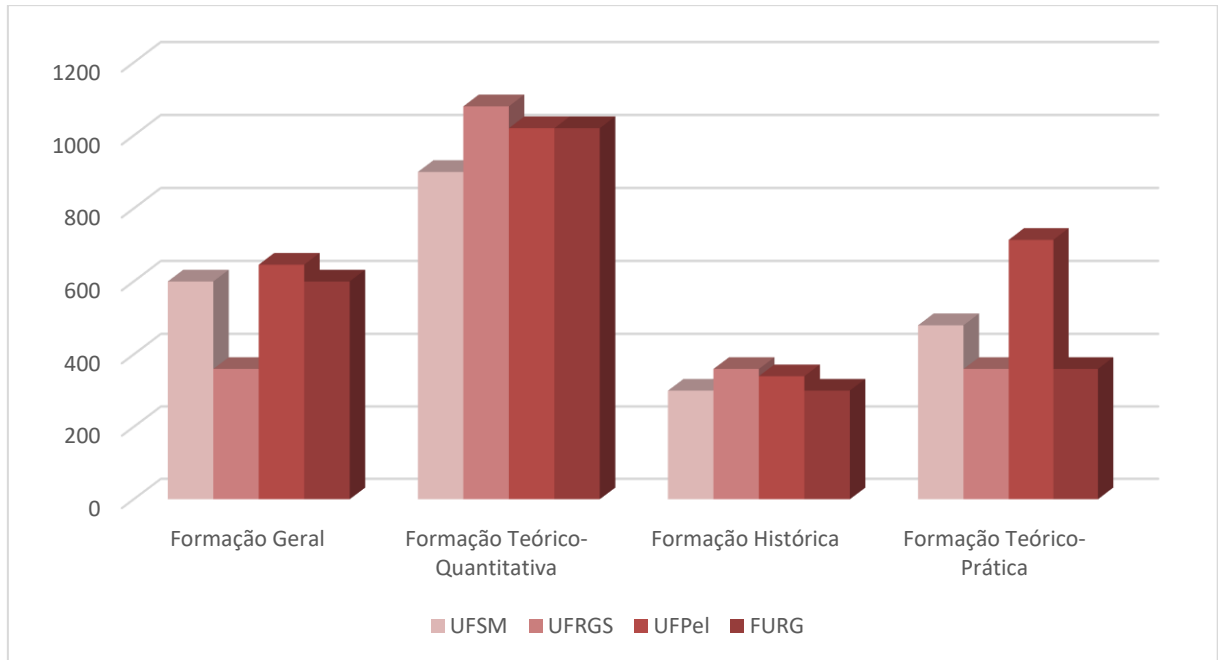
Ao observar as disciplinas⁸ oferecidas nos planos curriculares de cada Universidade, suas cargas horárias e como são distribuídas nas áreas de formação, verificou-se que todas atendem às Diretrizes Curriculares estipuladas pela Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007. Porém, algumas diferenças podem ser observadas.

Nas Universidades UFSM, UFRGS e FURG, a maioria das disciplinas seguem um padrão de 60 horas/aula, mas na UFPel seu padrão é 68h/aula para as disciplinas de mesma ementa. Isso significa que o curso na UFPel acaba por ter uma carga horária final com 247 horas/aula a mais que as 3000 horas/aula das outras três Universidades.

Referente aos campos interligados de formação, as porcentagens superam os mínimos exigidos pela Resolução vigente e comparativamente apontam algumas características como mostra o gráfico 5.

⁸ Ver Apêndice A

Gráfico 5 - Resumo Gráfico da Carga Horária Por Área de Formação



Fonte: Elaborado com base nos programas curriculares de cada Universidade.

Neste gráfico não estão inclusas as cargas horárias de ACGs e Disciplinas Livres. Nota-se uma homogeneidade na Formação Teórico-Quantitativa e Formação Histórica. As principais diferenças estão na Formação Geral, em que a UFRGS exige no currículo 6 disciplinas, não acompanhando as demais, que exigem 10; e na Formação Teórico-Prática, em que a UFPel apresenta uma carga horária maior, o que não significa um número de disciplinas maior, mas somente que as disciplinas dessa área têm uma carga horária individual maior, enquanto as outras Universidades possuem mais disciplinas nessa área, porém com cargas horárias reduzidas de cada uma.

As disciplinas de Matemática e disciplinas próprias da Economia como Microeconomia e Macroeconomia são maioria nas matrizes curriculares, tornando a parte de Formação Teórico-Quantitativa a mais significativa em todas as Universidades. Mas não se faz presente em nenhum currículo obrigatório, das Universidades analisadas, a disciplinas de que deem condições do formado atuar no mercado financeiro, deixando assim por conta do aluno incluir nas disciplinas livres,

mas não há garantia de oferta visto que as Disciplinas Livres não são ofertadas permanentemente.

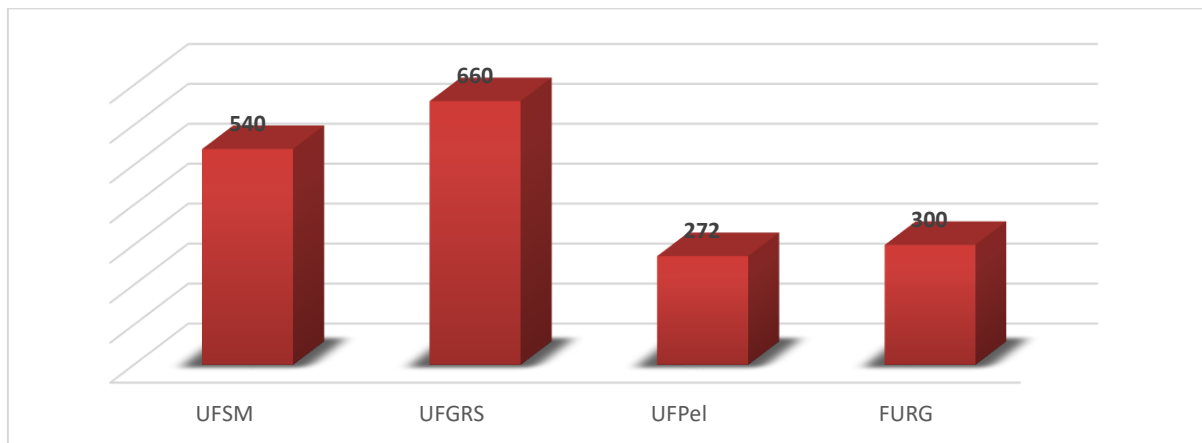
Todas Universidades apresentam disciplinas semelhantes na área de Formação Teórico-Prática, que tem alteração na nomenclatura, mas são representadas pela disciplina Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso, Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia. Em nenhuma Universidade há a presença de estágio supervisionado, que é um item opcional das Diretrizes.

Segundo MEC (2007), 50% da carga horária dos cursos fica por decisão das IES enquadrarem segundo seus projetos pedagógicos. Todas as Instituições têm uma quantidade de horas que o aluno tem a liberdade de escolher qual disciplina quer cursar, contanto que sejam disciplinas da área de Economia ou disciplinas de áreas consideradas afins à área de Economia. Essa decisão tem por objetivo permitir a formação ampla, abrangente e plural dos acadêmicos do curso. Tratarão das mais variadas temáticas relacionadas à Ciência Econômica. Dessa forma, podem ser ofertados componentes que contemplem conteúdos mais específicos, temáticos, interdisciplinares ou mesmo atuais que não necessariamente estejam previstos na matriz curricular.

As Disciplinas Livres⁹ não são ofertadas permanentemente e sua quantidade pode variar a cada semestre. Esta estrutura permite ao acadêmico direcionar seus estudos para a área de seu interesse, complementando conteúdos curriculares e aprofundando a pesquisa. Segue o comparativo da quantidade de horas/aula que as Universidades flexibilizam conforme as aptidões dos alunos no gráfico 6.

⁹ Ver Apêndice B

Gráfico 6 - Carga Horária de Disciplinas Livres, Exigida Por Cada Universidade



Fonte: Elaborado com base nos programas curriculares de cada Universidade.

Se destacam a UFRGS e a UFSM, com maiores números de horas/aula de livre escolha, mostrando assim maior preocupação em proporcionar uma certa liberdade ao aluno para cursar disciplinas que considere mais úteis ao seu perfil profissional.

É importante citar que a UFSM tem por nomenclatura as Disciplinas livres como DCGs, mas dentre elas possui as DCGs Obrigatórias (que são pré-definidas, mas oferecem a opção de cursar a qualquer momento do curso) e as DCGs livres que são realmente de escolha do aluno. Então, este gráfico apresenta somente as DCGs Livres.

Apesar de se conhecer algumas características regionais de cada Universidade, por exemplo que a UFSM e a UFPel têm mais direcionamento na área agrícola e a FURG na área de tecnologia naval, nenhuma delas apresenta na carga horária básica disciplinas diferenciadas para sua região, ficam reservadas à escolha do aluno dentro das opções de disciplinas livres.

As quatro Universidades exigem como parte da formação uma quantidade de horas de ACGs.

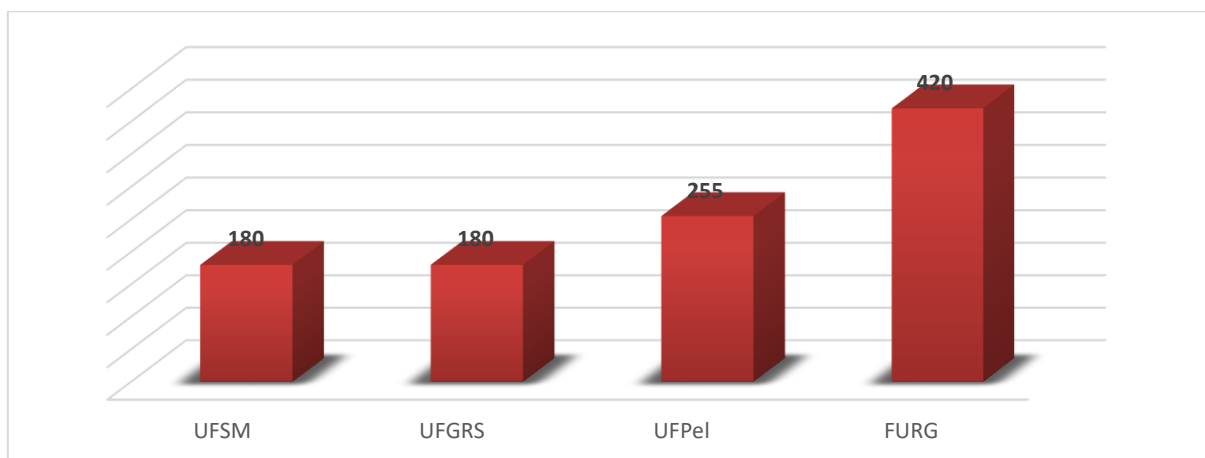
As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade (MEC, 2007, p. 4).

As ACGs são compostas por participação em eventos, atuação em núcleos temáticos, atividades de extensão, estágios extracurriculares, atividades de iniciação científica e de pesquisa, publicação de trabalhos, participação em órgãos colegiados, monitoria e outras atividades a critério do colegiado.

Cabe ressaltar que cada Universidade tem suas regras de aceitação para a quantidade máxima de cada tipo de atividade. Por exemplo, a UFSM exige 180 horas de ACGs, mas, dessas, são aceitas no máximo 60 horas caso se tratem de estágios extracurriculares ou publicação de trabalhos.

A seguir são apresentadas em forma de gráfico, as cargas horárias dessas ACGs, comparando cada Universidade, no gráfico 7.

Gráfico 7 - Carga Horária de Participação em ACGs, Exigida Por Cada Universidade



Fonte: Elaborado com base nos programas curriculares de cada Universidade.

Pode-se observar que a UFSM e a UFRGS possuem uma exigência de 180 horas e já a FURG exige mais que o dobro (420 horas). Entende-se por essa informação que esta última oferece uma liberdade maior para atividades externas ao ambiente escolar, estimulando assim a prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão do Economista é composta por várias atividades e campos, e isso é positivo ao ponto em que o profissional tem mais possibilidades de se inserir no mercado, mas do ponto de vista da formação acaba por confundir as expectativas do aluno que se insere nesta carreira. Esse estudo possibilitou esclarecer as características curriculares do curso de Ciências Econômicas das principais Universidades Federais do Rio Grande do Sul, e a profissão do Economista, para assim facilitar a compreensão dessa complexa formação.

As quatro Universidades têm muita tradição. Apesar de o curso de Ciências Econômicas da UFPel ter 16 anos, as outras Universidades analisadas têm mais de 40 anos formando bacharéis em Economia. Isso traz ao estudante uma sensação de confiabilidade, mas incita aos mais modernos o questionamento sobre a atualização das suas teorias e métodos.

A análise histórica do ensino de Economia no Brasil possibilitou uma visão mais ampla de como foi a evolução até as diretrizes e os Projetos Curriculares atuais, justificando principalmente a presença de diversas disciplinas de cursos afins. Em comparação com o currículo de 1945, os currículos atuais dos cursos de Ciências Econômicas mostram-se mais específicos, com relação a conceitos e teorias econômicas, mas, como Mearman (2014) observa, há uma ausência de abordagem da parte de finanças, dívida, e desigualdade que foram motores das últimas crises. Por esse motivo a sugestão de uma nova reformulação no currículo no sentido de trazer para o contexto atual, se faz necessária.

De um modo geral, as quatro Universidades estão em conformidade com as diretrizes curriculares regulamentadas pelo MEC (2007), mas nenhuma delas apresenta conceito de excelência na última pesquisa publicada pelo Inep. Inclusive, uma delas, a FURG, apresentou um conceito de alerta de qualidade e necessitou visita *in loco* dos avaliadores do Inep.

Segundo os dados apresentados, as quatro Universidades possuem em seu currículo a maior parte na Formação Teórico-Quantitativa. Do total de disciplinas ofertadas, a maioria são semelhantes, tendo às vezes alguma diferença na

nomenclatura. Já do ponto de vista da flexibilização da formação do aluno, a UFRGS se destaca com um número maior de horas/aula destinadas a Disciplinas Livres, e a FURG se destaca com um número maior de horas destinadas a Atividades Complementares de Graduação. Mas infelizmente não se pode deixar claro até que ponto a pluralidade e a interdisciplinaridade dos cursos são benéficas para a formação do Economista, ou seja, se a formação plural interfere na aplicação de conhecimentos específicos necessários durante o curso.

Conceituar a profissão e o perfil do profissional Economista esclarece o que se deve ou não esperar da formação, pois a formação deve estar diretamente ligada ao tipo de profissional que o mercado exige. Dessa forma, comparar as diretrizes as matrizes curriculares, assim como verificar as avaliações dos cursos, contribuiu para certificar que as Universidades estão fazendo o básico para alcançar seu objetivo, que é formar um profissional qualificado e um pensador autônomo.

Há diversos pré-conceitos em torno do Curso de Economia, principalmente para quem não é da área ou está se inserindo na formação. Por exemplo, existe a concepção de que o Economista se forma como um especialista de mercado financeiro, no entanto há poucas disciplinas desta área, o que dá ao graduado somente um conhecimento básico. Isto corrobora a falta de clareza, mencionada neste trabalho, sobre o papel do Economista. Conforme constatou Torquato (2011, p. 98), “mesmo que a oferta de formados seja maior que a demanda, as instituições continuam formando”. O que pode ser concluído é que como alternativa os formandos acabam inserindo-se no mercado de trabalho ocupando outras posições que não a de Economista. É necessário que se faça relação entre a teoria desenvolvida pela graduação e a prática que possa ser fornecida pelo mercado de trabalho, assim como esclarecer desde o início a o que espera pelo aluno após a formatura.

Como sugestão de ideias e abordagens novas a serem consideradas em outros trabalhos da área, aponta-se a possibilidade de uma pesquisa com os formandos em Economia para avaliar a sua satisfação em relação às expectativas do curso e sua inserção no mercado de trabalho.

Por fim, entende-se que essa pesquisa facilitará a compreensão da formação do Economista e auxiliará alunos nas suas expectativas de carreira. As observações deste trabalho trazem a percepção da necessidade de que as Universidades

esclareçam ao aluno ou futuro aluno o objetivo da Formação de Economista, para evitar que se formem profissionais frustrados com a sua formação e profissão. Precisa-se mais foco em um projeto de carreira do aluno. Nesse sentido, montar um plano de ação, buscando construir e gerir uma carreira desde o início da formação na Universidade, favorece na construção profissional e qualidade de vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1905. 225 p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1926. 20261 (Republicação) p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 7.988, de 22 DE Setembro de 1945**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1945. 15297 (Publicação Original) p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. **Decreto No 31.794, DE 17 de Novembro de 1952**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1952. 17746 (Publicação Original) p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31794-17-novembro-1952-322691-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CASTRO, N. J. D. **O Economista: a História da Profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Cofecon, 2001.

COFECON. Conselho Federal de Economia. **Consolidação da Legislação da Profissão De Economista**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=828>. Acesso em: 01 nov. 2016.

DOMINGOS, D. V. **Características dos Cursos de Ciências Econômicas nas Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas): Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, v. Varginha, 2015.

FONSECA NETO, F. D. A. Economistas no Brasil: podemos ser muito melhor aproveitados. **Cofecon**, fev. 2014. Disponível em:

<<http://www.oeconomista.com.br/economistas-no-brasil-podemos-ser-muito-melhor-aproveitados/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

FURG. Universidade Federal do Rio Grande. **Curso de Ciências Econômicas**, 2016. Disponível em: <http://www.furg.br/bin/link_servicos/index.php>. Acesso em: 27 ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDFAJN, I. Ilan: Cenário atual é desafiador e situação econômica exige atenção. **Valor Econômico**, 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4591875/ilan-cenario-atual-e-desafiador-e-situacao-economica-exige-atencao>>. Acesso em: 15 out. 2016.

HUNTER, J. M. Sobre o Ensino de Economia no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 73-88, julho 1968. ISSN 0034-7140. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1721/6010>>. Acesso em: 01 out. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portal INEP**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MARCONI, D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEARMAN, A. O ensino de Economia de costas para a realidade. **Entrevista Disponibilizada em 31 de dezembro de 2014**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-ensino-de-economia-de-costas-para-a-realidade-4297.html>>. Acesso em: 01 set. 2016.

MEC. Ministério da Educação - Portal MEC. **Resolução N° 4, De 13 De Julho De 2007**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

NERY, F. R. B. **Um Estudo sobre o papel da “Monografia para Economistas” no contexto do currículo de Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=156146&posicao_atual=1820&posicao_maxima=2155&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&parcial=&letra=E&lista=E>. Acesso em: 26 ago. 2016.

SANSON, J. R.; NICOLAU, J. A. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de Economia em Santa Catarina. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S.I.], v. 17, n. 2, p. 297-312, jan. 2007. ISSN 1980-6302. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/311/248>>. Acesso em: 02 out. 2016.

SIMONSEN, H. O ensino de economia em nível de pos-graduação no Brasil. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 19-30, dez. 1966. ISSN bkabsp.000027122. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1769/2785>>. Acesso em: 1 out. 2016.

SOUZA , N. D. J. D. Relações entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S.I.], v. 17, n. 2, jan. 2007. ISSN 1980-6302. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/304/241>>. Acesso em: 02 out. 2016.

TORQUATO, S. **Formação em Economia e o Mercado de Trabalho: Uma Visão a Partir da Teoria do Capital Humano e Análise dos Egressos do Curso de Economia da UNESC.** Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, v. Criciúma, 2011.

UFPEL. Universidade Federal de Pelotas. **Departamento de Economia - Projeto Pedagógico**, 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/economia/files/2016/04/projeto2010.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

UFRGS. Universidade Federal Do Rio Grande do Sul. **Faculdade de Ciências Econômicas**, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fce/ensino/graduacao/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

UFSM. Universidade Federal De Santa Maria. **Ciências Econômicas**, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/economia/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUADRO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR UNIVERSIDADE

	UFSM	h/a	UFRGS	h/a	UFPEl	h/a	FURG	h/a
1ª Sem	História Econômica Geral	60	Cálculo Diferencial E Integral 1	60	Introdução à Economia	68	Contabilidade introdutoria	60
	Introdução à Ciência Econômica	60	Contabilidade E Análise Das Demonstrações	60	Introdução à Administração	68	Economia 1	60
	Contabilidade Geral	60	Estatística Geral 1	60	Introdução às Ciências Sociais	68	Matemática Para Ciências Econômicas 1	60
	Cálculo Diferencial e Integral 1	60	História Econômica Geral	60	Introdução à Contabilidade	68	Instituições De Direito	60
	Matemática Financeira	60	Introdução à Economia	60	Introdução à Economia Matemática	68	Introdução As Ciências Sociais	60
			Matemática Financeira A	60				
2ª Sem	História do Pensamento Econômico	60	Cálculo Diferencial E Integral 2	60	Utilização de Microcomputadores	68	Ética profissional	30
	Contabilidade Social	60	Contabilidade Social	60	Contabilidade Social	68	Economia 2	60
	Evolução das Ideias Sociais	60	Estatística Geral 2	60	Introdução à Ciência Política	34	Matemática Para Ciências Econômicas 2	60
	Cálculo Diferencial e Integral 2	60	História Do Pensamento Econômico 1	60	Contabilidade e Análise de balanços	68	Contabilidade Social	60
	Estatística para a Economia 1	60	Álgebra Linear 1	60	Modelos Matemáticos em Economia	68	História Econômica Geral	60
	DCG OBRIGATÓRIA	60	Formação Econômica Do Brasil	60			Elementos de Filosofia	30
3ª Sem	Introdução à Macroeconomia	60	Economia Política A	60	Microeconomia 1	68	Introdução Estatística Econômica	60
	Teoria Microeconômica 1	60	Estatística Econômica	60	Macroeconomia 1	68	Teoria Microeconômica 1	60
	Economia Marxista	60	História Do Pensamento Econômico 2	60	História Econômica Geral	68	Economia Matemática	60
	Estatística para a Economia 2	60	Teoria Macroeconômica 1	60	Direito Econômico	68	Teoria Macroeconômica 1	60
	Direito para a Economia	60	Teoria Microeconômica 1	60	Métodos Estatísticos Básicos	68	Ciência política	60
	DCG OBRIGATÓRIA	60	LIVRE	60				
4ª Sem	Teoria Macroeconômica 1	60	Econometria	60	Microeconomia 2	68	Estatística Econômica	60
	Teoria Microeconômica 2	60	Economia Monetária 1 A	60	Macroeconomia 2	68	Teoria Microeconômica 2	60
	Introdução à Econometria	60	Economia Rural	60	Fundamentos de Finanças	68	Matemática Financeira	60
	Formação Econômica do Brasil	60	Teoria Macroeconômica 2	60	História do Pensamento Econômico I	68	Teoria Macroeconômica 2	60
	Economia Internacional	60	Teoria Microeconômica 2	60	Estatística Econômica e Introdução à Econom	68	Formação Econômica Do Brasil	60
	DCG OBRIGATÓRIA	60	LIVRE	60				
5ª Sem	Teoria Macroeconômica 2	60	Desenvolvimento Sócioeconômico	60	Microeconomia 3	68	Econometria 1	60
	Economia Industrial	60	Economia Industrial A	60	Economia Monetária	68	História Do Pensamento Econômico	60
	Econometria	60	Economia Internacional 1 A	60	Economia Internacional 1	68	Economia Monetária	60
	Desenvolvimento Socioeconômico	60	Economia Matemática A	60	História do Pensamento Econômico II	68	Economia Internacional 1	60
	Economia Brasileira	60	LIVRE	60	Econometria	68	Economia Brasileira Contemporânea 1	60
	DCG OBRIGATÓRIA	60	LIVRE	60				
6ª Sem	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	Economia Brasileira Contemporânea 1	60	Economia Industrial	68	Econometria 2	60
	DCG OBRIGATÓRIA	60	Economia Do Setor Público	60	Formação Econômica, Social e Política do Bra	68	Técnicas de Pesquisa em Economia	60
	DCG LIVRE	60	Economia Internacional 2 A	60	Desenvolvimento Sócio-Econômico	68	Economia Internacional 2	60
	DCG LIVRE	60	Elaboração E Análise De Projetos	60	Metodologia Econômica	68	Economia Brasileira Contemporânea 2	60
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60	DISCIPLINA LIVRE	68	LIVRE	60
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60				
7ª Sem	Monografia 1	120	Economia Brasileira Contemporânea 2	60	Economia Brasileira 1	68	Noções de Administração	60
	DCG LIVRE	60	Técnica De Pesquisa E Projeto Do Trabalho De	60	Técnicas de Pesquisa Econômica	323	Elaboração de Monografia 1	120
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60	Economia do Setor Público 1	68	Mercado de capitais	60
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60	DISCIPLINA LIVRE	68	Desenvolvimento Econômico	60
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60			LIVRE	60
	DCG LIVRE	60	LIVRE	60				
8ª Sem	Monografia 2	300	Trabalho De Diplomação Eco	180	Elaboração de Monografia	323	Viabilidade Econômica de Projetos	60
			Trabalho De Pesquisa Científica Em Economias	60	DISCIPLINA LIVRE	68	Elaboração de Monografia 2	120
			LIVRE	60	DISCIPLINA LIVRE	68	Economia do Setor Público	60
							LIVRE	60
							LIVRE	60
							LIVRE	60
	Atividades Complementares	180	Atividades Complementares	180	Atividades Complementares	255	Atividades Complementares	420
	Total	3000	Total	3000	Total	3247	Total	3000
	DCGs obrigatórias UFSM:							
	Sociologia	30			Legenda:			
	Filosofia	30			Conteúdos de Formação Geral			
	Ética Geral e Profissional	30			Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa			
	Ciência Política	30			Conteúdos de Formação Histórica			
	Economia do Setor Público A	60			Conteúdos Teóricos-Práticos			
	Introdução À Ciência Da Administração	60			Disciplina livre			
	Economia Monetária A	60			Atividades Complementares			

APÊNDICE B - QUADRO DE DISCIPLINAS FACULTATIVAS POR UNIVERSIDADE

UFSM	UFRGS	UPel	FURG
Marketing	Administração De Carteira De Investimentos	Economia Regional	Libras 1
Economia Da Tecnologia	Administração Financeira	Economia Internacional 2	Geografia Econômica
Economia Regional E Urbana A	Agricultura E Desenvolvimento	Instituições De Direito Público e Privado	Economia Agrícola 1
Economia Agrícola	Análise Da Conjuntura	Economia Brasileira 2	Economia Agrícola 2
Economia Ecológica	Análise Matemática A	Economia Ecológica	Economia Pesqueira
Elaboração E Análise De Projetos	Análise Matemática B	Economia do Setor Público 2	Economia Regional
Economia Do Trabalho	Antropologia Introdução	Elaboração e Análise de Projetos	Economia do Rio Grande do Sul
Custos	Aplicações Da Matemática A	Finanças Empresariais	Elementos de Custos
Estrutura E Análise De Balanços	Avaliação De Tecnologias Em Saúde	Seminário de Economia Agrícola	Política de Comércio Exterior
Pesquisa Operacional I	Avaliação E Prática De Projetos	Economia e Gestão Empresarial	Análise de Investimentos Públicos
Planejamento Estratégico	Avaliação E Prática De Projetos		Finanças Municipais
Finanças Empresariais	Comércio Internacional		Economia Ambiental
Finanças Públicas	Contabilidade Ambiental E Social		Teoria Microeconômica 3
Mercado de Capitais	Crises Financeiras		Noções de Finanças Corporativas
Direito Empresarial	Cultura Brasileira		Noções de Direito Econômico
Cálculo Diferencial e Integral 3	Desenvolvimento E Políticas Industriais		Tópicos Especiais em Microeconomia
Teoria dos Jogos	Direito Comercial		Tópicos Especiais em Macroeconomia
Economia Monetária e Financeira	Direito Da Integração		Tópicos Especiais em Econometria
Mercado de Trabalho	Direito E Economia		História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena
Estratégia de Empresas	Direito Societário		
Relações Economicas Internacionais	Econometria Aplicada		
	Econometria Financeira		
	Economia Da Informação		
	Economia Da Pobreza		
	Economia Da Regulação		
	Economia Da Saúde		
	Economia Da Saúde E Desenvolvimento Econômico		
	Economia Da Tecnologia		
	Economia De Empresas		
	Economia Do Comportamento Humano		
	Economia Do Rio Grande Do Sul		
	Economia Do Trabalho		
	Economia Dos Recursos Humanos		
	Economia E Meio Ambiente		
	Economia E Projetos Socioambientais		
	Economia Monetária II A		
	Economia Política Do Estado Desenvolvimentista		
	Economia Regional Eco		
	Economia Social E Do Trabalho		
	Economia Solidária		
	Economia Urbana Eco		
	Economia, Cultura E Desenvolvimento		
	Equações Diferenciais II		
	Estado E Economia		
	Explorando O Universo: Dos Quarks Aos Quasares		
	Farmacoeconomia		
	Filosofia Da Ciência I		
	Geografia Humana E Econômica A		
	História Das Relações Internacionais I		
	História Das Relações Internacionais II		
	História Econômica Contemporânea		
	História Econômica Da América Latina		
	Inglês Instrumental I		
	Inglês Instrumental II		
	Instituições De Direito		
	Instituições De Direito Público E Legislação		
	Tributária		
	Integração E Blocos Econômicos Internacionais		
	Internacionalização De Empresas: Estratégias E Práticas		
	Eco2006		
	Introdução À Administração		
	Introdução À Atuária		
	Introdução À Ciência Política		
	Introdução À Informática		
	Introdução À Sociologia A		
	Introdução Ao Direito Do Trabalho		
	Introdução As Relações De Trabalho		
	Introdução As Relações Internacionais		
	Língua Brasileira De Sinais (Libras)		
	Lógica		
	Matemática Aplicada II		
	Mercado De Capitais		
	Metodologia Básica De Custos		
	Metodologia Da Economia		
	Métodos Quantitativos Em Economia Da Saúde		
	Novos Temas Das Relações Internacionais		
	Opções E Derivativos		
	Orçamento Público B		
	Organização Da Produção		
	Pesquisa Operacional I		
	Pesquisa Operacional II		
	Política E Planejamento Econômico		
	Política I: Fundamentos Da Teoria Política		
	Política II: Teoria Política Contemporânea		
	Política III: Instituições Políticas Brasileiras		
	Política VII: Análise Política Do Brasil Contemporâneo		
	População E Atividade Econômica		
	Produção De Textos		
	Relações Internacionais Contemporâneas		
	Sociologia Do Desenvolvimento B		
	Técnica Comercial A		
	Teoria Das Relações Internacionais A		
	Teoria Das Relações Internacionais B		
	Teoria Do Capital E Distribuição		
	Teoria Dos Jogos		
	Teorias Organizacionais II Eletiva 4 60		